

DOI: [10.46943/IX.CONEDU.2023.GT10.011](https://doi.org/10.46943/IX.CONEDU.2023.GT10.011)

BREVE HISTÓRICO SOBRE AS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: UM ESTADO DE CONHECIMENTO

LUANA SANTOS

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR,
luanasantos02717@gmail.com

GISELE BRANDELERO CAMARGO

Profª Drª no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR,
gj_bcp@hotmail.com

RESUMO

Ao iniciar a investigação do Mestrado em educação, que visa compreender o que as crianças, público-alvo da educação especial e inclusiva, falam sobre suas transições da Educação Infantil para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, desenvolveu-se o estado do conhecimento sobre o histórico que constituiu os pressupostos da Educação Especial no Brasil. Nele, realizou-se um breve levantamento de teses e dissertações na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Desse modo, o objetivo central deste texto consiste em apresentar alguns dos principais marcos históricos e políticos na implementação da Educação Especial no âmbito brasileiro, considerando os direitos garantidos pelo Estado ao público-alvo da Educação Especial. Destaca-se, a viabilidade do referido trabalho ao considerar que todas as crianças, independente de suas características físicas, sociais ou genéticas, são sujeitos competentes e produtores de saberes, desse modo, salienta-se a importância da Educação Especial, voltada para crianças com diferentes tipos de deficiências, transtornos globais do neurodesenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, enquanto uma modalidade de ensino que proporcionará meios pedagógicos lúdicos e eficazes para a inclusão e o desenvolvimento pleno desse público, considerando suas singularidades e o aprimoramento de suas habilidades. Assim, busca-se uma reflexão sobre os avanços alcançados e a necessidade de se discutir sobre tal temática na contemporaneidade.

Palavras-chave: Educação Especial; Inclusão; Ensino.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas os debates e discussões a respeito da Educação Especial expandiram-se de forma significativa, especialmente após a Declaração de Salamanca em 1994, que expos, de forma mundial, a necessidade de uma educação escolar inclusiva para todos, bem como, a urgência de organização da Educação Especial, visando um atendimento de qualidade para crianças e adolescentes com deficiências, transtornos do neurodesenvolvimento, altas habilidades e superdotação, em escolas regulares (MENEZES, 2001).

Enfatiza-se que esses sujeitos, público-alvo da Educação Especial, que por muitos anos sofreram com o preconceito e a falta de informação da sociedade, na contemporaneidade passaram a ser validados como alvo de pesquisas e discussões no âmbito científico e acadêmico. Todavia, acredita-se que ainda existe um longo caminho a ser percorrido em relação aos avanços da Educação Especial no Brasil, sendo primordial o desenvolvimento de pesquisas que elucidem a caracterização, definição e o desenvolvimento dessa modalidade educacional no contexto brasileiro.

Nessa conjuntura, o objetivo central desse trabalho consiste em apresentar alguns dos principais marcos históricos e políticos na implementação da Educação Especial no âmbito brasileiro, considerando os direitos garantidos pelo Estado ao público-alvo da Educação Especial, bem como, a forma como essa modalidade de ensino é organizada no contexto escolar.

O referido trabalho constitui-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, a qual teve como escopo a análise de cinco dissertações de mestrado encontradas, escolhidas e analisadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Enfatiza-se, que esse trabalho constitui um recorte do estado da arte de uma dissertação de mestrado (em andamento), que visa compreender o que as crianças, público-alvo da Educação Especial e Inclusiva, falam sobre suas transições da Educação Infantil para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Nesse sentido, busca-se o delineamento de um breve histórico da Educação Especial no Brasil, desde a Antiguidade, na qual as pessoas nascidas com deficiência eram consideradas maldições para as famílias e com isso acabavam sendo torturadas, escondidas e assassinadas (PESSOTI, 1984). Perpassando pela Idade Média, em que a sociedade regida pelo clero e com ausência de rigor científico,

segregava pessoas com deficiência e as colocavam em posições de castigo ou caridade. sempre em perspectivas excludentes (JANNUZZI, 1992).

Considera-se também a Idade Moderna, na qual iniciou-se uma preocupação em relação aos estudos sobre deficiências, pela perspectiva da medicina, e enfim contempla-se a contemporaneidade em que a Educação Especial constitui-se como uma modalidade de ensino, que deve ser pensada e organizada com o objetivo de propiciar o desenvolvimento integral de pessoas com deficiências, transtornos, altas habilidades e superdotação.

Desse modo, após as leituras realizadas sobre o histórico da Educação Especial no Brasil, bem como a análise das dissertações encontradas, acredita-se que, muitas evoluções devem ser validadas no âmbito da Educação Especial, entretanto ainda se faz necessário problematizar, discutir e avançar muito em relação a essa temática.

Salienta-se que, conforme analisado nas dissertações, as legislações vigentes precisam dos atores, presentes nas escolas, para serem cumpridas e muitos desses atores (professores, gestores e funcionários atuantes na escola de modo geral) ainda não compreendem sua função no processo de Educação Especial, além disso, de modo geral, os recursos estruturais e financeiros para o trabalho com esses sujeitos, que compõem o público-alvo da Educação Especial, são escassos o que dificulta a implementação das políticas públicas criadas para a Educação Especial.

Nesse sentido, destaca-se que tal levantamento bibliográfico impulsionou um processo reflexivo sobre a constituição da Educação Especial no Brasil, bem como, possibilitou uma compreensão acerca das pesquisas já realizadas em relação ao objeto de estudo almejado.

METODOLOGIA

O estudo apresentado trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de natureza qualitativa, na qual visa-se ponderar, a partir de pesquisas já publicadas, a relevância e a necessidade de discussões acerca da Educação Especial no Brasil. Optou-se por uma pesquisa qualitativa, uma vez que tal abordagem propicia a compreensão da natureza de um fenômeno social, e assim o entendimento acerca da extensão do problema a ser pesquisado (RICHARDSON, 1989).

Desse modo, realizou-se uma pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações com o seguinte descritor: A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL, por meio do qual inicialmente localizou-se 7.493 trabalhos. Visando o afunilamento da pesquisa, utilizou-se os seguintes filtros: período de 2013 a 2023; assunto educação especial; área de conhecimento educação especial; idioma português. Assim 71 trabalhos foram evidenciados, todavia, após breve análise dos trabalhos, observou-se que apenas 05 trabalhos abordavam aspectos relacionados a constituição da Educação Especial no Brasil, por tanto esses trabalhos serão evidenciados na referida pesquisa.

Enfatiza-se que o processo de análise e reflexão a partir de pesquisas já publicadas possibilita estabelecer relações com publicações anteriores, proporcionando ao pesquisador um olhar crítico e reflexivo a respeito de possíveis encaminhamentos em relação a temática a ser investigada (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Desse modo, o desenvolvimento do estado da arte realizado nesse trabalho, possibilitou uma reflexão e compreensão acerca caminhos já percorridos em relação a Educação Especial no contexto brasileiro. Além disso, enfatiza-se que o estado da arte é primordial em pesquisas bibliográficas, visto que nesse tipo de pesquisa faz-se necessário um levantamento de dados em materiais científicos já elaborados a respeito da temática abordada (GIL, 2002).

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Para discutir acerca dos pressupostos da Educação Especial torna-se necessário um breve resgate histórico acerca de sua constituição enquanto modalidade de ensino, pois a Educação Especial que atualmente é percebida enquanto um direito, voltada ao atendimento das demandas educacionais daqueles com necessidades específicas de aprendizagem, levou muitos anos para ser constituída e perpassou por longos percalços em seu viés histórico e político.

Ponderar a respeito da Educação Especial implica em considerar para quem e de que forma ela é pensada, no Brasil a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 58 estabelece que “entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996)”. De antemão, observa-se o quanto a Educação

Especial, enquanto direito e modalidade de ensino, é recente no Brasil, bem como, torna-se possível refletir o quanto o público que dela carece foi ignorado e negligenciado durante séculos, afinal durante longos períodos históricos não tiveram seus direitos, educacionais, sociais e políticos, garantidos pelo Estado, vivendo à mercê das errôneas informações e superstições em diferentes épocas.

Destaca-se que essas pessoas, com deficiências ou/e transtornos, foram segregadas e negligenciadas pela sociedade, de modo que a crueldade em relação a elas era imensurável e vista como algo necessário para as famílias. Na Antiguidade, a desinformação sobre as deficiências e a propagação de falsos achismos era contínua, de modo que crianças nascidas com algum tipo de deficiência sofriam deliberadamente com o preconceito da época. Essas crianças, com características que divergiam do que era considerado normal, eram compreendidas como uma maldição para a família em que nasciam, sendo considerado como ritual de purificação a exposição desses sujeitos a situações de tortura, cárcere ou até mesmo morte (PESSOTI, 1984).

A ausência de conhecimento científico sobre as deficiências continuou a propagar-se por todos os cantos na Idade Média, na qual a sociedade era regida pelo clero e pessoas com deficiência eram tratadas de acordo com as concepções de caridade ou castigo de cada núcleo familiar, ainda em total perspectiva de exclusão social. De modo que, apenas na Idade Moderna surgiram indícios de rigor científico atrelados ao estudo da deficiência, especialmente pelo interesse da medicina, nesse contexto inicia-se uma preocupação com a socialização e a educação, mas ainda com um grande menosprezo da sociedade e um interesse muito maior nas questões patológicas de pessoas com deficiências (MIRANDA, 2008).

A Educação Especial vem caminhando em lentos passos, de modo que no Brasil apenas entre meados do século XVIII e início XIX surgiram movimentos de luta social visando o atendimento de pessoas com deficiência (JANNUZZI, 1992). Todavia, no início século XVIII ainda não havia nenhum interesse da Corte na educação da população, nem tampouco a educação de pessoas com deficiência.

A educação popular, e muito menos a dos deficientes, não era motivo de preocupação. Na sociedade ainda pouco urbanizada, apoiada no setor rural, primitivamente aparelhado, provavelmente poucos eram considerados deficientes; havia lugar, havia alguma tarefa que muitos deles executassem. A população era iletrada na sua maior parte, as escolas eram escassas e só recorriam a elas as camadas sociais alta e média, a escola não funcionou como um crivo, como elemento de patenteação

de deficiências. Havia pouca divergência entre o modo de conceber o mundo que nela se difundia e o da família da qual o aluno fazia parte (JANNUZZI, 1992, p. 14)

Compreende-se a inexistência indícios de uma escola para todos ou de uma escola minimamente inclusiva, a Educação Especial não era nem considerada para a época como algo passível de organização, pois não existia interesse algum em valorizar, aceitar ou incluir pessoas com deficiência.

Esse cenário propagou-se por muitos anos, de modo que o grande marco histórico na Educação Especial no Brasil foi em 1857 com criação do “Instituto dos Meninos Cegos” e do “Instituto dos Surdos-Mudos” em 1857, ambos na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa do governo Imperial. A criação desses dois institutos, embora extremamente precários, foi considerado uma grande conquista para as pessoas com deficiência, de modo que a partir disso deu-se início a um processo de discussão e conscientização sobre a inserção de pessoas com deficiência na sociedade, especialmente no contexto escolar (JANNUZZI, 1992; MAZZOTA, 1996).

Destaca-se que nesse período a perspectiva de Educação Especial no Brasil era dividida em duas vertentes: médico-pedagógica e psicopedagógica. Nesse sentido, a vertente médico-pedagógica caracterizava-se pela preocupação genética e higienizadora, de modo que aliou-se ao sentido educacional por meio da criação de escolas em hospitais, o que também era um meio de segregar o atendimento de pessoas com deficiência. O desenvolvimento de serviços de higiene e saúde pública, em alguns estados brasileiros, originou a inspeção médico-escolar e a preocupação com a identificação e educação dos anormais de inteligência (JANNUZZI, 1992; MENDES, 1995).

Já a vertente psicopedagógica caracterizava-se pela busca da conceituação mais precisa das anormalidades, bem como defendia o processo educacional dos sujeitos com deficiências considerados anormais. Nessa vertente, objetivava-se o diagnóstico das pessoas consideradas anormais, por meio de escalas que visavam medir a inteligência, e posteriormente o encaminhamento dessas pessoas para escolas ou classes especiais (MIRANDA, 2008).

Contudo, apenas no século XIX foram criadas as classes especiais nas escolas públicas, as quais visavam o atendimento das pessoas com deficiência, ainda de forma isolada e sem uma perspectiva inclusiva, sendo que apenas em 1970 iniciou-se um movimento de integração dessas pessoas em contextos escolares (MIRANDA, 2008).

Muitos foram os percalços que consolidaram a Educação Especial no Brasil, todavia, após a Declaração de Salamanca, em 1994, iniciou-se uma ampla discussão sobre a necessidade e a urgência de um ensino especial e inclusivo para todas as crianças com transtornos ou deficiências inseridos no âmbito educacional. A Declaração de Salamanca propiciou o desenvolvimento de discussões no âmbito acadêmico sobre a necessidade de uma educação estruturada e pensada nas pessoas com deficiências, pois trouxe a afirmativa de que as escolas deveriam acolher a todas as crianças, independente de suas características físicas, genéticas, sociais ou culturais (MENDES, 2001).

Na contemporaneidade, a Educação Especial é definida como uma modalidade de ensino, embasada em uma perspectiva diferenciada de proposta pedagógica, a qual deve ser organizada visando o respeito e a inclusão de sujeitos com necessidades específicas de aprendizagem (BRASIL, 2011). Assim, atualmente a Educação Especial no Brasil constitui-se como um direito de todos com deficiências, transtornos, dificuldades educacionais, altas-habilidades e superdotação, sendo dever do Estado propor meios eficientes para que todos tenham acesso a essa educação em classes regulares de ensino. Todavia, ainda se há muito a ponderar sobre a educação no Brasil, especialmente no tange a Educação Especial.

AS PESQUISAS BRASILEIRAS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Elucidar aspectos atrelados a Educação Especial, a partir das pesquisas já publicadas sobre a temática, propicia um olhar reflexivo e até mesmo crítico em relação a trajetória, a caracterização o desenvolvimento da Educação Especial no Brasil. Nessa perspectiva, enfatiza-se que a construção do estado da arte em um trabalho acadêmico possibilita ao pesquisador delimitar seu campo e objeto de pesquisa, além de contribuir na construção de seu aporte teórico. Nesse sentido, Romanowski e Ens (2006) salientam que:

Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na

constituição de propostas na área focalizada (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 38)

Por conseguinte, enfatiza-se que a construção do estado da arte se faz necessária para compreender as possibilidades de pesquisa e os avanços teórico científicos já alcançados em relação a temática proposta. Desse modo, para o desenvolvimento desse trabalho, fez-se necessário realizar uma pesquisa inicial na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), de modo que utilizou-se o termo: A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL, assim, inicialmente 7.493 trabalhos foram localizados.

Devido ao grande número de pesquisas encontradas tornou-se necessário a utilização dos seguintes descritores: período de 2013 a 2023; assunto educação especial; área de conhecimento educação especial; idioma português. A partir disso, 71 trabalhos foram evidenciados, todavia, realizou-se, ainda, uma breve análise dos resumos a fim de verificar quais trabalhos corroboravam com o que almejava-se apresentar neste estudo, de modo que 05 trabalhos foram selecionados para compor o escopo dessa pesquisa, conforme torna-se possível observar no Quadro 1.

Quadro 1: Relação de trabalho selecionados na BDTD

| TITULO | AUTOR | ANO DE DEFESA | TIPO DE TRABALHO | UNIVERSIDADE |
|--|-----------------------------|---------------|------------------|--------------------------------------|
| Educação especial no Brasil e a Lei Brasileira de Inclusão: aproximações e afastamento | Jaqueline Assunção Curitiba | 2020 | DISSERTAÇÃO | UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS |
| Educação especial e inclusão escolar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental | Selma Soares do Nascimento | 2019 | DISSERTAÇÃO | UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS |
| Docência, formação de professores e educação especial nos cursos de ciências da natureza | Fernanda Wel-ter Adams | 2018 | DISSERTAÇÃO | UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS |
| Inclusão escolar: a implementação da política de educação inclusiva no contexto de uma escola pública | Rogério Augusto dos Santos | 2015 | DISSERTAÇÃO | UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA |
| Educação escolar da pessoa com deficiência e/ou necessidades especiais na escola de tempo integral | Michele de Mendonça Leite | 2017 | DISSERTAÇÃO | UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS |

Fonte: As autoras (2023)

O primeiro trabalho, intitulado como Educação especial no Brasil e a Lei Brasileira de Inclusão: aproximações e afastamento, tem como objetivo central compreender como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (nº. 13.146/15) relaciona-se com a Educação Especial praticada no Brasil, enquanto uma modalidade da educação básica.

Essa dissertação de mestrado traz o arcabouço teórico embasado nas legislações vigentes que abrangem a educação básica, a Educação Especial e inclusão, tais como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF88), o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Lei nº. 8.069/90), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN (Lei nº. 9.394/96), a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) (2006), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Plano Nacional de Educação-PNE (Lei nº. 13.005/14).

A autora defende a ideia de que entre todas as legislações supracitadas a LBI – Lei Brasileira de Inclusão é a que mais se aproxima das reais demandas da Educação Especial, pois abrange a questão do atendimento individualizado, das tecnologias assistivas, bem como a organização de materiais adaptados no trabalho com crianças e jovens com deficiência. Todavia, a autora discorre sobre as lacunas deixadas na Educação Especial, pois a aplicabilidade da legislação envolve múltiplos atores, os quais interferem diretamente nos resultados em relação a uma Educação Especial e inclusiva (CURITIBA, 2020).

Na segunda dissertação, Educação Especial e inclusão escolar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, a autora apresenta como problemática a organização dos municípios goianos em relação ao atendimento do público-alvo da Educação Especial na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, e traz como objetivo principal a análise da oferta e organização da Educação Especial para estudantes desses dois segmentos em municípios goianos. Trata-se de uma pesquisa de campo que contou com a participação de professores atuantes em salas de recursos multifuncionais, coordenadores de inclusão, secretária de educação, diretora pedagógica e superintendente de educação de dois municípios goianos (NASCIMENTO, 2019).

Nascimento (2019) apresenta como resultado de sua pesquisa a existência de poucas diretrizes específicas para a Educação Especial nos sistemas de ensino dos municípios analisados, bem como discorre sobre as errôneas interpretações dos profissionais em relação aos regulamentos nacionais. A autora enfatiza, ainda a

inexistência de diretrizes que definam o papel e atribuições dos profissionais atuantes na Educação Especial e, por fim, apresenta como uma grande problemática o fato de que, nas salas de recursos multifuncionais analisadas, o atendimento é centrado no professor, na forma como ele almeja trabalhar e organizar seu trabalho, sem uma preocupação prévia com a criança com deficiência como um protagonista no processo de ensino.

A pesquisa *Docência, formação de professores e educação especial nos cursos de ciências da natureza*, também é uma pesquisa de campo realizada com 133 bolsistas do projeto PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência, 19 licenciandos do último período de cursos de graduação em Ciências da Natureza, bem como 9 coordenadores de curso. A dissertação apresenta uma problematização a respeito da formação de professores para a atuação na Educação Especial, e tem como objetivo central investigar como a educação dos alunos público-alvo da Educação Especial tem sido contemplada na formação inicial de professores de Ciências da Natureza no estado de Goiás.

Adams (2018), por meio de análise textual discursiva na produção de dados, concluiu a falta de discussão da Educação Especial em disciplinas específicas, visto que essa disciplina é ofertada somente como disciplina obrigatória no curso de Libras e nos cursos de licenciatura, bem como a ausência de conhecimento dos licenciandos em relação aos eventos que abordam a temática. Além disso, a autora aborda que os acadêmicos, embora tenham contato direto com pessoas público-alvo da Educação Especial em seus estágios obrigatórios, em sua maioria, desconsideram as especificidades desses alunos em seus planejamentos e aulas. Para mais, Adams (2018) enfatiza que a falta de conhecimento dos professores formadores sobre a temática influencia diretamente a discussão acerca da Educação Especial nos cursos de licenciatura, o que causa um empobrecimento nos debates a respeito dessa temática.

Na quarta dissertação selecionada, *Inclusão escolar: a implementação da política de educação inclusiva no contexto de uma escola pública*, o autor propõe a análise das políticas públicas de educação inclusiva, implementadas no Estado de Minas Gerais, nas práticas pedagógicas desenvolvidas especificamente em uma escola, considerada como referência no âmbito da inclusão escolar. O objetivo central da pesquisa consiste em compreender quais são as contribuições da gestão escolar que subsidiam as ações dessas professoras, a fim de garantir o direito à

aprendizagem e à continuidade do percurso escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola regula.

Para Santos (2015), a implementação de políticas públicas no âmbito da escola pública é algo complexo que requer muita persistência e força de vontade de todos os atores envolvidos no processo escolar. De modo que, o gestor, é um agente essencial na manutenção da interlocução entre os perfis de atuação organizacional, relacional e pedagógico, visando o desenvolvimento de ações que sejam capazes de atender às necessidades da comunidade escolar, mediar conflitos internos e, às vezes, externos, e ainda, manter um clima de cooperação, solidariedade e responsabilidade no contexto escolar.

Nesse sentido, o autor enfatiza que estudo de caso desenvolvido apontou, ainda, que as ações relacionadas à articulação pedagógica, à reformulação do fazer pedagógico das professoras, à participação do gestor na tomada de decisão e à realização de parcerias em prol de uma educação de qualidade se constituem como os pilares que contribuem para que a escola seja vista enquanto referência na educação inclusiva, pois todos os profissionais envolvidos na pesquisa tem como premissa a garantia do direito à aprendizagem e a continuidade do percurso escolar de todos os alunos público-alvo da Educação Especial (SANTOS, 2015).

A última dissertação analisada, Educação escolar da pessoa com deficiência e/ou necessidades especiais na escola de tempo integral, tem como objetivo central compreender o projeto de educação integral (formação humana) para os alunos com deficiência e/ou necessidades especiais em uma escola de tempo integral, na cidade de Aparecida de Goiânia – GO, a autora aborda a relevância de tal pesquisa visto que até a data de realização da mesma havia um número reduzido de pesquisas que abordavam tal temática.

A pesquisa de campo realizada com professores atuantes na instituição evidenciou que o respectivo projeto de educação integral é desenvolvido em uma perspectiva assistencialista para as pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais, de modo que as ações de cuidado, alimentação e higiene realizadas na instituição, no período em que essas pessoas a frequentam, se sobrepõe ao trabalho pedagógico realizado com as mesmas, o qual não é adaptado nem planejado pautado nas premissas de uma Educação Especial. Além disso, Leite (2017) explana que, devido às condições precárias de trabalho, os professores acabam negligenciando as crianças público-alvo da Educação Especial, de modo que, mesmo que sem total intenção, reforçam o que a autora aponta como inclusão excludente e/

ou inclusão alienada, que se refere a inclusão do aluno na escola sem que de fato o processo educacional seja pensado para o desenvolvimento e inclusão do mesmo (LEITE, 2017).

A análise das pesquisas supracitadas evidenciou as fragilidades na organização e na implementação da Educação Especial enquanto modalidade de ensino no contexto brasileiro, evidencia-se que embora exista, no âmbito documental, diversas legislações pautadas nas premissas de uma educação inclusiva e para todos, no âmbito escolar, local onde os sujeitos público-alvo da Educação Especial encontram-se inseridos, tal legislação não é compreendida em sua totalidade, nem tampouco colocada em prática.

Percebe-se ainda uma fragmentação no que entende-se por Educação Especial, de modo que a mesma ainda é vista em uma perspectiva assistencialista, de modo que o sujeito com deficiência é visto como alguém que necessita de cuidados básicos, sem a habilidade de desenvolvimento cognitivo. Tal aspecto pressupõe um retrocesso, pois retoma a concepção equivocada de Educação Especial meados do século XVIII e início do século XIX, relacionando pessoas com deficiência com aquelas sem habilidades e que necessitam de caridade (MIRANDA, 2008).

Julga-se que há uma grande problemática na Educação Especial a partir dos trabalhos analisados, desde a formação inicial dos professores até a atuação dos mesmos no âmbito escolar, pois notou-se que tal temática não é corretamente estudada e discutida por professores e gestores, todavia são esses os principais profissionais que podem implementar nas escolas uma Educação Especial de qualidade, pautada no que esta previsto na legislação vigente.

Em contrapartida, no trabalho desenvolvido por Santos (2015) salienta-se que mesmo diante das adversidades decorrentes do contexto educacional, a Educação Especial e inclusiva se faz possível quando gestores e profissionais atuantes na escola atuam em conformidade com o objetivo comum: a aprendizagem de todos os alunos, independente de suas características físicas, genéticas, cognitivas, sociais e culturais. Em sua dissertação, Santos (2015) defende que a possibilidade e os benefícios da Educação Especial, não apenas para o público que dela carece, mas para toda comunidade escolar.

Salienta-se que as políticas públicas educacionais enfatizam que “todos devem ser atingidos por um tipo de educação que produza sujeitos que já não dependem de políticas públicas e ações assistencialistas” (SARAIVA; LOPES, 2011, p.29). Nessa perspectiva, observa-se a potencialidade da escola em desempenhar

um papel de excelência para atender aos princípios de uma Educação Especial, pautada na aprendizagem. Todavia, destaca-se que o papel do Estado não está apenas vinculado a criação de leis, mas também na efetivação das mesmas, fornecendo recursos financeiros e formação especializada para que assim a Educação Especial, enquanto proposta pedagógica diferenciada e acessível para aqueles com deficiências, transtornos, altas habilidade e superdotação, torne-se possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do respectivo trabalho possibilitou compreender que a Educação Especial no Brasil, no campo legislativo e documental, desenvolveu-se amplamente entre final do século XIX e início no século XX, de modo que do ponto de vista legal as pessoas com deficiência passaram a ser consideradas enquanto cidadãos de direitos e deveres.

Todavia, nas esferas sociais, especialmente no contexto escolar, a educação de pessoas com deficiências ainda é, muitas vezes, compreendida em uma perspectiva de assistencialismo, na qual as propostas pedagógicas não são realmente pensadas e organizadas a fim de desenvolver as habilidades cognitivas de pessoas com deficiência.

Tornou-se perceptível que, embora a Educação Especial tenha apresentado grande abrangência nas últimas décadas, essa modalidade educacional ainda não é devidamente organizada na maioria das instituições de ensino. Destaca-se que apenas uma pesquisa apontou as possibilidades e benefícios da implementação da Educação Especial e que tal aspecto elucida o quanto a aprendizagem de crianças e adolescentes é possível, porém requer esforço mútuo do Estado, da escola, dos profissionais e de toda a comunidade.

Outro aspecto de grande relevância, evidenciado a partir do estado da arte, é a importância da realização de pesquisas com crianças, não sobre crianças. Pesquisas que busquem apresentar a criança com deficiência como um protagonista em seu projeto de ensino, como um sujeito competente e produtor de saberes. A partir da análise das pesquisas localizadas na BDTD constatou-se que as crianças com deficiências não são validadas como sujeitos de pesquisa, de modo que apenas a percepção de profissionais e futuros professores é considerada como dado de pesquisa.

Acredita-se, a partir das pesquisas analisadas para fins desse estudo, que novas pesquisas poderiam ser encaminhadas, como o papel do Estado no cumprimento das políticas públicas da Educação Especial e o protagonismo infantil de crianças com deficiência.

Por fim, enfatiza-se que todos possuem o dever proporcionar aos sujeitos com deficiência uma educação de qualidade, a fim de desenvolver suas múltiplas habilidades. Ao Estado cabe o desenvolvimento de leis e também a oferta de meios e recursos para o cumprimento das mesmas, aos gestores escolares cabe a função de preparar os profissionais, gerir e organizar os recursos e propor acessibilidade para esses sujeitos e aos professores cabe o comprometimento, a responsabilidade e a busca por uma formação que vise o desenvolvimento pleno desses sujeitos.

Os sujeitos com deficiência já foram muito negligenciados e excluídos em nossa sociedade, desse modo é essencial romper totalmente esses paradigmas preconceituosos e respeitá-los enquanto sujeitos competentes, únicos e produtores de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ADAMS, F. W. Docência, Formação De Professores E Educação Especial Nos Cursos De Ciências Da Natureza. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal de Goiás. 2018.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Vol. 2. Livros técnicos e científicos, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 18 de julho de 2023.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: Corde, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 10 de julho de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acesso em: 29 de julho de 2023.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Resolução n. 2, de 11 de setembro. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> Acesso em 10 de julho de 2023.

CURITIBA, J. A.. Educação especial no Brasil e a Lei Brasileira de Inclusão: aproximações e afastamentos. 2020. 1 recurso online (158 p.) **Dissertação** (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas, Limeira, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1639249>. Acesso em: 09 dez. 2023.

GARCIA, R. M. C.. (2013). Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira De Educação**, 18(52), 101–119. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/4cwH7NndqZDYRSjCjmDkWWJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 de julho de 2023.

LEITE, M. de M.. Educação Escolar Da Pessoa Com Deficiência E/ou Necessidades Especiais Na Escola De Tempo Integral. **Dissertação de Mestrado.** Universidade Federal de Goiás. 2017.

MENEZES, E. T. de. Verbete Declaração de Salamanca. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - **EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/> Acesso em :11 de julho 2023.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil.** Campinas: Editores Associados,1992.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G. Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional, 1995. **Tese** (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, 2001.

MIRANDA, A. A. B. **EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO**. Cadernos de História da Educação, [S. l.], v. 7, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880> . Acesso em 20 de agosto de 2023.

NASCIMENTO, S. S. do. Educação especial e inclusão escolar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

PESSOTI, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: Quirós/Edusp, 1984.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v.6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176> Acesso em 20 de julho de 2023.

SARAIVA, K., LOPES, M. C. Educação, inclusão e reclusão. **Currículo sem Fronteiras**, n.11, v.1, 2011, p. 14-33.

SANTOS, R. A. Inclusão escolar: A implementação da política de educação inclusiva no contexto de uma escola pública. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora. 2015